

REGIMES AUTORITÁRIOS E REGIMES HÍBRIDOS: VELHOS FENÔMENOS, NOVAS DINÂMICAS

AUTHORITARIAN REGIMES AND HYBRID REGIMES: OLD PHENOMENA, NEW DYNAMICS

Fernando Belmonte Archetti¹

RESUMO

O fenômeno dos regimes autoritários é ainda hoje relevante, mesmo diante do aclamado sucesso da chamada "terceira onda de democratizações"? Este ensaio vai examinar como os regimes autoritários se posicionam diante de um quadro geral de regimes no mundo, especialmente em relação às democracias e aos chamados "regimes híbridos", regimes que combinam características democráticas e autoritárias. Argumenta-se que, mesmo que seja insustentável falar-se de um "declínio democrático", há indícios de uma renovação autoritária, inclusive manifesta nas "camadas cinzentas" dos regimes híbridos.

PALAVRAS-CHAVE: autoritarismo; regimes híbridos; autoritarismo competitivo; democracia em declínio.

ABSTRACT

Is the phenomenon of the authoritarian regimes relevant to our times, even before the acclaimed success of the so-called "third-wave of democratization"? This essay will examine how the authoritarian regimes stand in a general framework of political regimes in the world, particularly in relation to democracy and to the regimes called "hybrid",

¹ Fernando Belmonte Archetti: Pesquisador do Instituto Atuação, Curitiba/PR. Graduação em Relações Internacionais pelo UniCuritiba

which combine democratic and authoritarian traits. It is argued that, even as it cannot be sustained that there exists a "democratic decline", there are traces of an authoritarian renewal, manifest even in these "shades of gray" of the hybrid species.

KEY-WORDS: authoritarianism; hybrid regimes; competitive authoritarianism; democracy decline.

1 INTRODUÇÃO

Se o fenômeno dos regimes autoritários é um fenômeno *significativo, real* e, portanto, digno atenção e estudo, é uma questão que deve ser respondida empiricamente, não apenas pela constatação de instâncias concretas e particulares do fenômeno como também pelo exame do comportamento e do impacto internacional destes regimes. Próprio ao período atual, os regimes autoritários devem ser analisados ao lado dos chamados *regimes híbridos*, que combinam elementos autoritários e democráticos. Qual é o quadro geral dos regimes políticos no mundo hoje? Como podemos analisar os regimes híbridos e autoritários neste contexto? Podemos tirar alguma conclusão destas análises? Este ensaio se ocupará de explorar estas perguntas. Comparativamente, por outro lado, é interessante justapor a situação dos regimes autoritários a das democracias, já que os avanços e recuos de um e do outro estão correlacionados, e uma das tendências mais importantes na política comparada internacional foi a explosão no número de regimes democráticos no mundo a partir do último quarto do século XX, o que faz deste período um ponto de partida interessante para a análise.

2 O REGISTRO EMPÍRICO: ALÉM DA "TERCEIRA ONDA"

A chamada "terceira onda de democratização" (1974-?²), cujo nome fora proposto por Samuel Huntington em 1991 no *Journal of Democracy*, já foi tema de intenso interesse acadêmico e político e de prolíficos debates. Bem entendida, uma "onda democrática" é um período de tempo em que as transições democráticas superam significativamente transições na direção oposta. Huntington, deve-se notar, trabalhava a democracia como uma variável dicotômica³ e essencialmente definida pelos seus atributos eleitorais (1991, pp. 7-12). Claro, o interesse em transições precede este trabalho de Huntington, como nos estudos seminais de Schmitter, O'Donnell e Whitehead na década de 1980⁴. Diferentes fases de interesse acadêmico no tema refletiram tendências, métodos, teorias e "humores acadêmicos" distintos relativamente a posições normativas e ao destino das democracias no mundo (ver BROWN; KAUFFMAN, 2011). Uma escola influente nas ciências sociais na década de 1960, por exemplo, foi a da teoria da modernização, que estabelecia determinados prerequisites ao desenvolvimento das sociedades e, então, à democratização, como os trabalhos de Barrington Moore Jr. (*no bourgeoisie, no democracy*⁵) e S. M. Lipset (*Some Social Requisites of Democracy*, 1959). O registro da terceira onda frustraria algumas das associações mais rígidas da democratização a um conjunto fixo de condições anteriores, que, com o tempo, passariam a ser vistas como condições favoráveis, afetando a probabilidade, não a determinando (SCHMITTER, 1991). Se os estudos de Huntington podem ser criticados por um número de razões⁶, eles são um importante marco acadêmico e um interessante registro empírico.

A data convencional para o início desta terceira onda é 1974, o ano em que um

2 Existe um consenso relativamente bem formado de que a expansão democrática se desacelerou na primeira década do século XXI, em torno de 2005 e 2006 (DIAMOND, 2016; PLATTNER, 2015).

3 Ou um regime é uma democracia ou ele não o é. Contudo, ele admitia a existência de casos intermediários, de "semidemocracias", provavelmente seguindo Robert A. Dahl.

4 *Transitions from Authoritarian Rule* ("Transições do Autoritarismo", em tradução livre), um estudo de quatro volumes.

5 "Sem burguesia, sem democracia", uma ideia fundamental de seu "Origens Sociais da Ditadura e da Democracia", publicado originalmente em 1966.

6 Por exemplo, sua definição de democracia em termos de competição eleitoral. A maioria dos estudos democráticos recentes entende a democracia, por outro lado, como variável "contínua", não dicotômica. Ver COPPEDGE, 2012. A propósito de uma visão mais categórica, ver SARTORI 1987.

golpe militar estabeleceu uma democracia em Portugal, na chamada Revolução dos Cravos. Nesta primeira década, as democratizações se concentram na região sul da Europa e na América Latina, a partir da República Dominicana em 1978. Segundo o relatório *Freedom in the World*⁷, uma medição anual das liberdades políticas e civis em 195 países e 14 territórios (DIAMOND 2016, p. 53), houve um avanço significativo entre 1975 e 1985, ritmo que se acelera ainda mais entre 1985-1995, mas diminui no próximo decênio, atingindo o pico no início dos anos 2000, com 123 democracias eleitorais em 2006 (FREEDOM HOUSE, 2016). Ainda que haja divergências em relação à classificação e a mensuração de regimes, tema de vasta literatura, e se admita um excesso de otimismo no pós-guerra fria em considerar quaisquer casos de transição como transições democráticas (LEVITSKY; WAY, 2015, p. 56), os amplos contornos dos dados apresentados aqui são menos controversos (PLATTNER, 2015, 7) e são semelhantes nas outras grandes medições globais: *EIU Democracy Index*, *The Bertelsmann Transformation Index* e o *Polity IV*.

Se considerarmos os países que são classificados como "livres" pela *Freedom House*, regimes entendidos como "democracias liberais"⁸, eles saltaram de 44, em 1974, a 86 em 2016, um salto de 29% a 44% do total dos países no mundo⁹. Os países considerados "parcialmente livres"¹⁰, muitos considerados "democracias eleitorais",

7 A sua pontuação agregada de direitos políticos e direitos civis usa uma escala de 1 (mais "livre" ou democrático) a 7 (menos "livre" ou autoritário). A escala também inclui uma gradação entre os regimes: 1-2.5 ("livres"); 3-5.0 ("parcialmente livres"); 5.5-7.0 ("não livres"). Entender a liberdade, incluídos neste conceito tanto garantias civis como direitos políticos, como um dos componentes integrais da democracia é uma das grandes contribuições da teoria poliárquica de Robert Dahl e permanece uma abordagem central nos estudos contemporâneos. As medições da *Freedom House* começaram em 1973, mas apenas 1989 começaram a identificar os países como democracias. A base de sua medição sempre foi um conjunto de direitos políticos (base da democracia eleitoral) e de garantias civis.

8 Toda democracia liberal é também eleitoral, mas o contrário é falso. O componente "liberal", que se refere a garantias civis e também ao *rule of law* ("Estado de Direito", embora haja nuances entre as tradições anglo-americana e europeia continental), é fraco em democracias eleitorais. Ele assegura que as manifestações eleitorais sejam genuínas expressões de preferências. Se falar de "autocracias liberais" é uma contradição em termos, o mesmo não pode ser dito de "democracias iliberais", ou seja, onde as liberdades individuais e garantias civis são fracas, mas vigora mesmo assim um regime eleitoral competitivo, uma das dimensões gerais da poliarquia (ao lado de inclusividade/participação).

9 Em 1974, o relatório considerava existir 151 países; em 2016, 195.

10 A tipologia de regimes usual tratava de três categorias de regimes: liberais, eleitorais e autoritários. A categoria de regimes - ou o "status", como diz a *Freedom House* - "parcialmente livres" é uma categoria mais nebulosa, porque enquanto acomoda coerentemente democracias eleitorais (classificadas a partir de uma pontuação mínima em direitos políticos, anteriormente à agregação da pontuação que dirá se um regime é "livre" ou está em outra categoria), existem regimes que não são nem claramente democráticos

uma medida menos exigente de "democracia", foram de 38 a 59 entre 1974 e 2016. Comparando estes números com o número de países "não livres" (5.5-7.0), ou seja, mais ou menos autoritários, este número cai de 65 a 50 entre 1974 e 2016, de 43% a 26% do total de países no mundo. Se agregarmos o número de regimes considerados "democracias eleitorais" pela *Freedom House*, o sucesso da terceira onda fica ainda mais claro: de 69 democracias em 1989 a 125 em 2016 (FREEDOM HOUSE 2016), um total de 64%.

Se este registro é impressionante e mostra um avanço inequívoco, como podemos entender o humor "melancólico" de uma parte dos estudiosos da democracia e o sentimento generalizado de recessão ou declínio democrático desde 2006 (SCHMITTER 2015, pp. 33-34)? Os relatórios da *Freedom House* apontam declínios consecutivos da "liberdade" no mundo desde 2006. O padrão dominante desde então tem sido ou de equilíbrio ou de recuo moderado (o índice que mais dá margem à interpretação de declínio é da *Freedom House*). Qual é a causa do humor sombrio e deste aparente consenso? Plattner (2015, pp. 8-10) aponta três: o sentimento de que as democracias estão com problemas em termos políticos e econômicos, especialmente com a crise financeira de 2008; a autoconfiança e vitalidade renovada dos regimes autoritários, especialmente a Rússia e a China; a mudança no equilíbrio geopolítico, com um ambiente internacional marcadamente mais hostil às normas democráticas do que a década de 90, o período "unipolar" dos EUA. Podemos acrescentar, também, um crescente questionamento dos valores liberais com os quais a democracia moderna está associada¹¹.

A interpretação de que estas tendências representam um "ressurgimento autoritário", uma "onda reversa" ou mesmo um "declínio", no entanto, são difíceis de sustentar. Mesmo se levarmos em conta os dados da *Freedom House*, os declínios são marginais e se concentram em um grupo pequeno de países (por exemplo, Rússia, Turquia e Venezuela). Levitsky e Way (2015, pp. 45-58) constaram que as pontuações médias, entre 2000 e 2013, dos quatro índices mencionados são estáveis, e argumentam que a ilusão de deterioração se origina daquele otimismo excessivo na década de 1990, da queda da URSS, que levou a um declínio de um conjunto de regimes dependentes. Muitos destes regimes nunca chegaram a ser democracias de fato, pelo que os contar como nem claramente autoritários. Entre uma pontuação "3" e "4" há uma diferença real e substancial.

11 Ver YOUNGS, 2015, em sua discussão sobre a questão de "democracias não ocidentais".

casos de declínio não faz sentido. É mais adequado considerar que, em um momento de fraqueza, eles assumiram uma fachada democrática, um "pluralismo por obrigação", e que, impulsionados pelos preços das commodities nos anos 2000, com uma retomada de capacidade estatal e adaptação dos autocratas aos mecanismos globais de legitimação, estes regimes foram considerados precipitadamente como democracias. As teses de declínio têm confundido a ausência de progresso com declínio.

Schmitter (2015, p. 34), por outro lado, acredita-se que se trata, sim, de uma *crise*, mas não de um declínio e sim de uma *transição*. Schmitter centra sua crítica à tese do declínio na inadequação dos índices quantitativos de mensuração da democracia no mundo. No caso da medição da *Freedom House*, os regimes "livres", mesmo que implementassem certas reformas, não passariam do teto máximo da escala; da mesma forma, no lado oposto, os regimes "não livres", se piorassem além de determinado nível. A maior parte da variação do índice está, de fato, na categoria intermediária dos regimes "parcialmente livres", que incluem algumas democracias eleitorais, mas também regimes ambíguos, chamados de "híbridos", "pseudodemocracias", "autoritários competitivos" etc. Esta interpretação é muito mais atraente, porque capta uma insatisfação, e possivelmente uma frustração, com as democracias, ou com o foco em seus elementos formais. Reivindicações de outros "estilos", ou variedades, de democracia, portanto, tornaram-se um tema popular da literatura.

Em suma, o quadro geral mostra, de fato, um esgotamento da terceira onda no início do século XXI, mas o argumento de que isso representa um "ressurgimento autoritário", uma "onda reversa" ou um declínio democrático é empiricamente insustentável. É certo, no entanto, que as regras do jogo agora são outras, e o clima internacional é mais hostil às democracias e às normas democráticas (KAGAN 2015, p. 24); que os principais centros de apoio à democracia, os EUA e a União Europeia, encontram-se retraídos e menos ambiciosos em seus esforços de promoção democrática, muito disso devido aos problemas domésticos; que os países autoritários, em diferentes graus, recuperaram-se e readquiriram uma margem de ação maior e se adaptaram à nova ordem internacional; que há um quadro de persistente má qualidade de governança em algumas democracias novas (FUKUYAMA 2011, pp. 16-17). Este último caso é particularmente interessante, porque problemas de desempenho estatal e de provimento de bens públicos são muito

mais casos de precária institucionalização do que problemas relativos ao regime, mas a opinião frequentemente não separa ambas as coisas.

No que diz respeito a tendências mais gerais, o cenário parece ser um em que as democracias, ainda que em "vantagem material", perderam a iniciativa e a capacidade de coordenação; talvez, mais fatalmente, a confiança em seus próprios ideais. A propaganda de regimes autoritários, como o russo, claro, está pronta a alardear os erros do "Ocidente" (POMERANTSEV, 2016, pp. 177-179).

Na seção seguinte, passa-se a analisar as características dos regimes autoritários e daqueles que se têm chamado de "híbridos" (DIAMOND, 2016; HALE, 2011), que combinam características democráticas e autoritárias (DIAMOND, 2016, p. 149). Ainda mais significativa que a renovada assertividade, coordenação e o *momentum* autoritário é o grande número de regimes que se situam nesta "zona cinzenta". Mais do que isso, regimes autoritários "à moda antiga", puramente militares são raros (DIAMOND, 2016, p. 153). O autoritarismo "à moda antiga" é, afinal das contas, muito custoso de manter.

3 A "ZONA CINZENTA": OS HÍBRIDOS

Ainda que regimes híbridos não seja propriamente *novos*, há uma *novidade* em sua fórmula atual. A título comparativo, note-se que Juan Linz, em seu *Regimes Totalitários e Autoritários* de 1975, identificava sete tipos principais de regimes autoritários, mas as referências ao que hoje se entende por *pseudodemocracias* ou, usando os termos de Steven Levitsky e Lucan Way (2010), *regimes autoritários competitivos*, são marginais e não se referem ao mesmo fenômeno. Diamond argumenta que a razão para isso é que este *tipo* de regime híbrido é um produto do mundo contemporâneo (2016, p. 150).

Enquanto que, no período da Guerra Fria, os métodos de controle político eram mais explícitos, como o banimento de partidos de oposição legal, o estabelecimento de limites sérios sobre a organização e o dissenso na sociedade civil, em que a política partidária figurava dentro da estrutura de um único partido (DIAMOND 2016, pp. 149-

150), os regimes de hoje sentem uma maior pressão de conformidade às normas democráticas, devendo exibir, ao menos, uma fachada institucional competitiva, donde o fenômeno "autoritário competitivo"¹².

O que são regimes autoritários competitivos, então? Eles são regimes civis, onde instituições democráticas formais existem e são percebidas como a forma primária de ascender ao poder, mas cujo abuso dos incumbentes distorce a disputa significativamente em seu favor (LEVITSKY; WAY, 2010, p. 5). Larry Diamond cita que regimes deste tipo são uma das características mais importantes do período tardio da terceira onda, correspondendo a 10.9%, em 2001, do total de países do mundo (2016, p. 151); hoje, entre 45 e 60 países apresentam tais características, entre 23% e 30%¹³ do total de países.

Todos regimes deste tipo têm uma arena eleitoral que não é suficientemente *justa* - com autoridades eleitorais neutras e competentes para punir fraudes, contagem transparente, monitoramento *real*, acesso à mídia pública etc. - ou *livre* - barreiras legais que dificultam a entrada na competição eleitoral, liberdade para fazer campanha é prejudicada, eleitores são coagidos (DIAMOND 2016, pp. 153-156). Como se buscou delinear, estes regimes, enfraquecidos na década de 90 e diante da autoproclamada vitória da ordem liberal, sentiram-se constrangidos a se dotarem de fachadas democráticas. No entanto, com um ambiente internacional crescentemente mais permissivo, e com uma crescente assertividade dos principais regimes autoritários, é possível vislumbrar que esta pressão à democracia seja cada vez menor, na ausência de uma reação à altura por parte das democracias.

4 ASSERTIVIDADE AUTORITÁRIA: "OS CINCO GRANDES"

Se é um erro falar de uma "onda reversa" autoritária, é possível falar de uma *reação autoritária contra as forças democratizantes*¹⁴ (DIAMOND; PLATTNER; WALKER, 2016, 4)

12 Podemos considerar os regimes híbridos como o gênero e os autoritários competitivos como uma espécie.

13 Números arredondados ao número inteiro mais próximo.

14 É preciso reconhecer que esta expressão coloca a questão em termos moralmente favoráveis às

na sociedade civil, ONGs, a mídia, limitação de liberdades: uma reação, inicialmente, às *revoluções coloridas* na Geórgia (2003), na Ucrânia (2004) e no Quirguistão (2005). Além disso, como já mencionado, os regimes autoritários ganharam renovado ímpeto, exibindo técnicas e métodos sofisticados, além de demonstrar grande poder de coordenação, como no chamado "eixo cínico de cooperação" da Organização de Cooperação de Shangai, entre a Rússia e a China¹⁵ (DIAMOND 2015, p. 151). Como Kagan afirma, "se há energia no sistema internacional, ela vem dos grandes poderes autocráticos, China e Rússia, e de aspirantes a teocratas (...) no Oriente Médio"¹⁶ (2015, p. 22). Para Diamond, Plattner e Walker (2016, p. 2), os "cinco grandes" países autoritários são, além da Rússia e da China, a Arábia Saudita, o Irã e a Venezuela, e o que caracteriza este "movimento autoritário" (*authoritarian surge*) é uma mobilização não só para sufocar movimentos democráticos domésticos, mas um esforço para desafiar a *ordem política internacional liberal*.

Como parte deste esforço, estes regimes investem pesadamente em recursos de *poder brando*, na expressão de Joseph Nye Jr., para propor um conjunto de valores alternativos, como a segurança, a soberania e diversidade civilizacional. Fukuyama (2010, pp. 10-11) menciona modelos alternativos à democracia liberal, como o "petronacionalismo" de Vladimir Putin, o "socialismo do século XXI" (Venezuela), os regimes islamistas do Oriente Médio e o "capitalismo modernizante autoritário" da China. Mesmo que, como Fukuyama argumenta, nenhum tenha o alcance e o status global da democracia liberal, o prestígio da ordem liberal parece ser posto em questão cada vez mais, seja pela rede de televisão estatal russa, a RT, seja pelos milhares de Institutos Confúcio pelo mundo, ou mesmo pela própria incapacidade de reação das grandes democracias.

Que ferramentas, especificamente, estes regimes têm utilizado? Um "livro de regras" parece estar difundido, sugerindo abordagens e técnicas comuns (DIAMOND 2015, p. 152): leis que criminalizem fluxos internacionais de assistência técnicas e financeira a

democracias, como se estivessem impedidas de exercer seu mandato natural. A realidade, claro, é mais complexa e alguns atores podem ver nos valores liberais uma ameaça existencial a sua identidade.

15 Naturalmente, a organização abrange outros países.

16 Tradução livre: "Insofar as there is energy in the international system, it comes from the great-power autocracies, China and Russia, and from would-be theocrats pursuing their dream of a new caliphate in the Middle East."

partidos democráticos, movimentos, mídia, monitores de eleições, ONGs cívicas; criação de ONGs e monitores "zumbis", ou seja, a serviço do regime; criação mesmo de realidades alternativas por meio da mídia e da propaganda (DIAMOND; PLATTNER; WALKER, 2016, p. 11); além do controle das liberdades, por exemplo, na internet.

5 CONCLUSÃO

Este ensaio fez um exame comparativo da situação dos regimes no mundo a partir do marco da terceira onda democrática. Os regimes democráticos se encontram em um período de extensão sem precedentes e têm mostrado mesmo uma resiliência surpreendente. O sentimento de declínio e frustração com a ausência de progresso democrático (nesta escala) mostram, ao mesmo tempo, uma crise identitária das democracias mais avançadas e também em relação ao próprio significado de democracia, mas também uma frustração daquele otimismo infundado da década de 1990. Regimes abertamente autoritários são mais raros hoje; a categoria ambígua dos "híbridos" é interessante e útil para captar a dinâmica autoritária contemporânea. Como afirmado anteriormente, autoritarismo "à moda antiga" é custoso, se não por outras razões, pelo custo de manter um aparelho coercitivo de grande escala. De qualquer forma, esta coerção abrangente não é necessária para assegurar a conquista do poder político. Um modelo de interação de componentes democráticos mostra que a repressão a alguns componentes liberais, especialmente as fontes alternativas de informação e a liberdade de associação, gera um efeito em cadeia poderoso sobre os outros componentes da democracia (MCMANN 2012, pp. 179-181), o que sugere uma estratégia autoritária muito mais eficiente e adaptada. Dessa maneira, é necessário estar dotado de categorias conceituais e metodológicas adequadas para capturar estes fenômenos. O autoritarismo continua um fenômeno relevante e dinâmico e por isso mesmo seus estudiosos devem estar atentos a sua evolução.

6 REFERÊNCIAS

BROWN, N. J. **The Dynamics of Democratization**: dictatorship, development, and diffusion. Baltimore: John Hopkins University Press, 2011.

BROWN, Nathan J.; KAUFFMAN, Craig M. Introduction. In: BROWN, N. J. (ed.). **The Dynamics of Democratization**: dictatorship, development, and diffusion. Baltimore: John Hopkins University Press, 2011.

COPPEDGE, Michael. **Democratization and Research Methods**. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

DIAMOND, Larry. **In Search of Democracy**. Nova Iorque: Routledge, 2016.

DIAMOND, Larry. Facing Up to the Democratic Recession. **Journal of Democracy**, Baltimore, v. 26, n. 1, pp. 141-155, jan. 2015.

DIAMOND, Larry; PLATTNER, Marc F.; WALKER, Christopher (eds.). **Authoritarianism Goes Global**. Baltimore: John Hopkins University Press, 2016.

FREEDOM HOUSE. **Freedom in the World 2016**. Disponível em: <<https://freedomhouse.org/report/freedom-world/freedom-world-2016>>. Acesso em: 04/04/2016.

FUKUYAMA, F. **The Origins of Political Order**: from prehuman times to the French revolution. Nova Iorque: Farrar, Straus and Giroux, 2011.

FUKUYAMA, F. Why is Democracy Performing So Poorly? **Journal of Democracy**, Baltimore, v. 26, n. 1, pp. 11-20, jan. 2015.

HALE, H. E. Hybrid Regimes: when democracy and autocracy mix. In: BROWN, N. J. (ed.). **The Dynamics of Democratization**: dictatorship, development, and diffusion. Baltimore: John Hopkins University Press, 2011.

HUNTINGTON, S. **The Third Wave**: democratization in the late twentieth century. Norman: Oklahoma University Press, 1991.

KAGAN, R. The Weight of Geopolitics. **Journal of Democracy**, v. 26, n. 1, pp. 21-31, jan. 2015.

LEVITSKY, S.; WAY, Lucan A. The Myth of Democratic Recession. **Journal of Democracy**, Baltimore, v. 26, n. 1, pp. 45-58, jan. 2015.

LEVITSKY, S.; WAY, Lucan A. **Competitive Authoritarianism**: hybrid regimes after the cold war. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

JOURNAL OF DEMOCRACY. Baltimore: John Hopkins University Press, 1990-.

MCMANN, K. **Economic Autonomy and Democracy**: hybrid regimes in Russia and Kyrgyzstan. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

NORRIS, P. **Making Democratic Governance Work**: how regimes shape prosperity, welfare, and peace. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

PLATTNER, M. F. Is Democracy in Decline? **Journal of Democracy**, Baltimore, v. 26, n. 1, pp. 5-10, jan. 2015.

POMERANTSEV, Peter. Kremlin's Information Warfare. In: DIAMOND, Larry; PLATTNER, Marc F.; WALKER, Christopher (eds.). **Authoritarianism Goes Global**. Baltimore: John Hopkins University Press, 2016.

SARTORI, Giovanni. **The Theory of Democracy Revisited**: part one, the contemporary debate. Chatham: Chatham House Publisher, 1987.

SCHMITTER, P. Crisis and Transition, But Not Decline. **Journal of Democracy**, Baltimore, v. 26, n. 1, pp. 32-44, jan. 2015.

SCHMITTER, P.; KARL, Terry L. What Democracy Is... and Is Not. **Journal of Democracy**, Baltimore, v. 2, n. 3, pp. 32-44, set. 1991.

YOUNGS, Richard. **The Puzzle of Non-Western Democracy**. Washington: Carnegie Endowment for Int'l Peace, 2015.



REVICE - Revista de Ciências do Estado
ISSN: 2525-8036
2016 (2) JUL-DEZ.2016
Periodicidade: Semestral

seer.ufmg.br/index.php/revice
revistadece@gmail.com

A REVICE é uma revista eletrônica da graduação em Ciências do Estado da Universidade Federal de Minas Gerais.

Como citar este artigo:

ARCHETTI, Fernando Belmonte. Regimes Autoritários e Regimes Híbridos: Velhos Fenômenos, Novas Dinâmicas. In: **Revive - Revista de Ciências do Estado**, v1, n.2, Belo Horizonte, 2016, p. 15-26.
